

Conferência de Igualdade Racial

Defendendo os direitos das mulheres nas políticas públicas

Consideramos que deve resultar como um dos princípios aprovados pela I Conferência Nacional de Igualdade Racial o compromisso do Estado brasileiro – em todas as instâncias, espaços e poderes – de efetivar ações que visem à erradicação das desigualdades e injustiças que marcam historicamente a vida das mulheres negras. Com certeza, esta não será uma responsabilidade exclusiva da SEPPIR: deverá envolver não só os ministérios, mas também o Legislativo e o Judiciário, em todos os âmbitos do Estado brasileiro.

É preciso levar em conta a transversalidade de gênero e de raça em todas as ações do Estado. E ainda observar a intersecção de políticas voltadas para a superação das desigualdades de gênero e raça, de modo que sejam superados os entraves estruturais não apenas através de políticas de acesso, mas também através de mecanismos e políticas que eliminem esses entraves.

Desafios - Na opinião de Lúcia Xavier (Criola/AMNB), para superar a desigualdade de gênero e raça no âmbito da educação, por exemplo, certamente são necessárias a ampliação e a melhoria da qualidade dos serviços de infraestrutura e dos equipamentos de consumo coletivo - creche para crianças pequenas é uma das condições que podem favorecer a inserção das mulheres negras nas escolas, em todos os níveis. Na área da saúde, para que as ações voltadas para erradicação da mortalidade materna alcancem as mulheres negras é preciso levar em conta as doenças de corte racial e étnico, de outro modo as políticas permanecerão distantes das negras, apesar de dirigidas a "todas as mulheres".

Para Lúcia, o desafio de fazer política pública com a transversalidade de gênero e raça e o desafio de inserir a perspectiva da interseccionalidade nessas políticas são as questões centrais a serem defendidas pelas militantes de organizações de mulheres negras, na Conferência de Igualdade Racial. Pelos exemplos que traz, Lúcia conclui que é a interseccionalidade das políticas muito contribui para a superação das desigualdades entre as mulheres, de modo que o direito conquistado possa ser realmente de todas.

(Continua na página 02)

Vitória do Movimento de Mulheres

A mobilização e argumentação do Fórum de Mulheres de Pernambuco conseguiram reverter a decisão do prefeito João Paulo de incorporar a Coordenadoria da Mulher do Recife à Secretaria de Direitos Humanos, dentro da proposta de reforma administrativa em tramitação na Câmara de Vereadoras/es.

A decisão do governo municipal foi comunicada à Câmara, dia 22, e o anúncio foi feito durante reunião do prefeito com todo o secretariado, tendo sido bastante comemorado pelas representantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco presentes, Vera Baroni e Betânia Ávila (representando AMB e Rede Feminista de Saúde) e também pela titular da Coordenadoria, Karla Menezes. Deste modo, a Coordenadoria da Mulher permanecerá vinculada diretamente ao gabinete do prefeito.

Enquanto isso, no plano nacional, segue nossa luta pela permanência da Secretarias Especiais de Políticas para Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos. Continuemos a mobilização e o envio de cartas à Presidência da República pela manutenção do *status* de ministras/o das/o titulares das Secretarias.

VI SENALE

A Comissão Organizadora do VI Seminário Nacional de Lésbicas (VI Senale) divulgou através de boletim o adiamento do seminário, previsto para novembro deste ano. A nova data proposta pela Comissão é de 02 a 05 de fevereiro de 2006, ano em que o Senale completará dez anos.

Segundo Marylucia Mesquita, integrante da Coordenação Política Executiva, a opção pelo adiamento do seminário foi decorrente de problemas com financiamento e pela necessidade de amadurecimento político da Comissão Organizadora, que tem se constituído um espaço de diálogo entre diferentes pontos de vistas em relação aos encaminhamentos para realização do Seminário.

Grupos

A Comissão Organizadora está solicitando a militantes do movimento de mulheres que apoiem o levantamento de grupos organizados de lésbicas ou de grupos mistos que possuam núcleos de lésbicas. Com este trabalho, a Comissão pretende ampliar a divulgação do Senale e contribuir para o fortalecimento do movimento de mulheres lésbicas. Para informar sobre novos e antigos grupos de mulheres lésbicas, escrevam ao e-mail: liralima@hotmail.com

Para acompanhar os debates preparatórios ao encontro, basta solicitar a inclusão na lista do VI Senale, escrevendo para comunicavisenale@hotmail.com. A partir deste mês, a Comissão Organizadora expedirá boletins mensais, a fim de que todas acompanhem os preparativos do encontro, que terá como tema "Movimento de Mulheres Lésbicas como sujeito político: poder e democracia"

Acompanhe na página da AMB na Internet o boletim mensal.

(Capa) Conferência de Igualdade Racial

Ponto de pauta na recente reunião extraordinária da AMB, o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, elaborado e divulgado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), após o processo da I CNPM, é uma ferramenta importante que reúne programas e projetos já existentes e em execução pelo Governo Federal.

Devemos estar atentas para analisar potencialidades e lacunas do Plano Nacional, de modo que as proposições da Conferência de Igualdade Racial possam avançar mais, contribuindo para a elaboração e implementação de políticas para mulheres que alcancem as mulheres negras. Mas, para isso, será preciso considerar as implicações do Orçamento Público, garantindo que políticas executadas com regularidade e orçamento seja um dos pontos frisados nos debates da Conferência de Igualdade Racial.

Expectativas

Para Elaine Soares, da ACMUN, as expectativas para a Conferência que inicia hoje é de que sejam definidas diretrizes que contribuam para a incorporação de gênero nas políticas públicas. Para ela, a Seppir tem feito várias ações, mas que ainda não conseguiram incorporar esta dimensão. No contexto atual, também será preciso verificar, durante e pós Conferência, qual o compromisso que o Governo Lula tem com a população negra "Para cobrar esse compromisso, pretendemos pressionar ministras/os e técnicas/os presentes na Conferência, encaminhar moções e fazer algumas mobilizações".

Segundo Elaine, a política voltada para a população quilombola além de não contemplar o conjunto população negra, necessita de uma injeção de vontade política. "Cobraremos a homologação dos territórios e outros compromissos de campanha do presidente. O movimento já há muitos anos vem apresentando proposições, sendo agora necessário apenas que a Conferência contemple e referende o que temos defendido, inclusive em outros espaços de diálogo entre a sociedade civil e o Governo, como as Conferências de Saúde, Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres".

Lúcia Xavier tem expectativas baixas, considerando que se trata de final de governo e de que é preciso revisar o Plano Nacional existente: "muitos dos programas que tratam da questão racial tem baixa execução e é preciso reverter isso", diz. "A população negra está nos territórios quilombolas, mas a maior parte está nas favelas e a maioria das pessoas que morrem pela violência policial, praticada portanto pelo Estado, é formada por pessoas negras, homens e mulheres. Talvez a Conferência contribua para o direcionamento de políticas que contribuam para mudar isso".

Não à agenda das Multinacionais!

O GT Serviços da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, articulação da qual faz parte a AMB divulgou esta semana carta assinada por redes e organizações contrárias ao livre comércio. No documento, a Rebrip destaca a "luta para descarrilhar a OMC como um dos eixos de unidade e ação dos movimentos sociais e organizações de todo o mundo".

No documento, a Rebrip chama a atenção para o *Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)*, que define as negociações de serviços no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e visa proteger os investidores e consolidar a liberalização progressiva dos serviços, derrubando inclusive legislações nacionais.

Combinado à privatização o GATS se constitui arma poderosa para que empresas transnacionais possam controlar o setor de serviços nos países do Sul. Mais ameaçados pelos interesses dessas empresas estão: água, eletricidade, telecomunicações, saúde, educação. A UE e os EUA são sedes de grandes corporações que procuram expandir sua abrangência no mercado global nessas áreas.

Neste momento, está em curso uma nova ofensiva pela implementação do GATS e a consolidação do Acordo é um dos principais passos da agenda corporativa da OMC rumo à VI Reunião Ministerial, em Hong Kong. Por isso, visando parar o GATS, organizações da sociedade civil de todo o mundo estão demandando aos governos que coloquem os interesses dos povos acima das Corporações Transnacionais.

O posicionamento dos movimentos, ONGs e coletivos brasileiros é fundamental para barrar o GATS. Enviamos na seção CONtextos, para difusão e adesões, uma declaração organizada pela rede internacional Nosso Mundo Não Está à Venda do qual participa o GT Serviços da Rebrip.

Recusando a consolidação desse acordo e dos planos das empresas transnacionais, o governo do Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, têm poder para colocar em cheque a ofensiva liberalizante e tirar a OMC dos trilhos a caminho de Hong Kong. SEM ACORDO NA MINISTERIAL DE HONG KONG! PARAR O GATS, DESCARRILHAR A OMC! (Extraído de: www.rebrip.org.br).

CONtextos

Será lançado no próximo dia 08 de julho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o livro "Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios", das autoras: Rosana dos Santos Alcântara, Cecília de Mello e Souza, Maria Luiza de Carvalho e Maria Beatriz Galli.

Para saber mais sobre a publicação, acesse: <http://www.ipas.org.br/revista/mar05.html#dois>.

Anexamos a lista das 52 brasileiras selecionadas, entre as 262 indicadas na iniciativa "1000 mulheres para o Nobel da Paz". A seleção buscou contemplar a diversidade de raças/etnias, classes sociais, nível educacional, estados de origem e áreas de atividade das mulheres do Brasil.

O Nobel da Paz foi criado há 104 anos e apenas 13 mulheres ganharam a premiação. A iniciativa feminista pretende tirar da invisibilidade as diversas formas de atuação das mulheres pela construção da paz, no contexto de cerca de 150 países participantes. O conjunto das biografias das 1000 mulheres indicadas irá compor um dossiê que será submetido à equipe do prêmio Nobel 2005, responsável por definir as/os concorrentes.

No segundo arquivo, segue o documento "Parem o jogo de poder do GATS contra as/os cidadã/ãos do mundo!".

Acompanhe na página da AMB na Internet os boletins do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho.

Contra os fundamentalismos

O informativo LA RED VA..., da Repem, divulgou esta semana que o Vaticano editou manual voltado para sua atuação (através de lobby) direcionada para a eliminação de direitos das mulheres em documentos internacionais.

Segundo o informe, o Pontifício Conselho para a Família redigiu o "Léxico da Família", como estratégia de apoio a seus "lobbys", especialmente nas Nações Unidas. Entre as ações os argumentos do Vaticano está a tentativa de desqualificar os conceitos de "saúde reprodutiva", "sexo seguro" e "procriação responsável".

Entre os argumentos também verifica-se um ataque frontal ao direito da mulher de decidir sobre sua própria fertilidade, sobre sua própria vida. Até quando a Igreja insistirá em não reconhecer a cidadania das mulheres?